

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e treze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º5-A/02, de 11 de janeiro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Manuel Adolfo da Rocha Veiga e Costa e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente.

Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se as ausências dos Senhores Deputados Municipais José Firmino Brunhoso Cordeiro, Lúcio Augusto Bandarra, Carlos Manuel Reboredo Almendra e José Alberto Vilares Reis.

Não justificaram a falta no prazo legalmente estabelecido, os Senhores Deputados Municipais José Firmino Brunhoso Cordeiro, Lúcio Augusto Bandarra, Carlos Manuel Reboredo Almendra e José Alberto Vilares Reis.

Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos.

EVOCAÇÃO DO “25 DE ABRIL DE 1974”

INTERVENÇÃO DO LÍDER DA BANCADA DA PARTIDO SOCIALISTA – CARLOS ALENDOURO:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e seus secretários;

Senhora Presidente da Câmara Municipal;

Senhores Vereadores;

Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal;

Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia;

Estimados presentes;

Grândola Vila Morena, terra da fraternidade, o povo é quem mais ordena!

É com uma das senhas da revolução de Abril que quero começar este discurso, e devo dizer que é para mim, uma vez mais, uma honra poder estar aqui nesta sessão evocativa deste importante acontecimento da nossa história, e poder proferir estas breves palavras.

Começo com estes versos de Zeca Afonso porque apesar de terem já alguns anos continuam presentes, pela conquista da liberdade há 39 anos atrás, que nos permite dizer, hoje, o que pensamos, e nos permite ter hoje, a liberdade de exprimirmos o que sentimos, sem opressão e sem medo da censura.

Com o 25 de Abril acabou a ditadura e nasceu a Democracia e com ela, a saudável diversidade de opiniões, a livre expressão de ideias, o direito de criticar e discordar, a liberdade de expressão.

Mas deu-nos mais que isso.

Deu-nos a abertura de Portugal ao exterior;

Deu-nos a Igualdade dos cidadãos perante a Lei;

Deu-nos o direito de cada cidadão a eleger o seu representante, e a ser eleito;

Deu-nos o direito fundamental ao trabalho;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Os direitos sociais;

O direito a uma qualidade de vida condigna.

Mas, apesar do muito que já foi feito, estamos, ainda, muito longe de concretizar Abril.

Estamos, ainda, muito longe de alcançar uma aproximação entre os cidadãos, em termos de uma igualdade real, tanto a nível económico como a nível social e para isso muito tem contribuído uma política de direita que está a cavar um fosso entre ricos e pobres e a criar novos pobres todos os dias.

Por isso, é necessária uma mudança na política nacional. É necessário, que toda a classe política atue de forma a acabar com a desconfiança e descrença sentida atualmente pelos cidadãos, nos seus representantes.

Os políticos e detentores de cargos públicos, principalmente quando eleitos pelo povo, têm a obrigação de atuar com responsabilidade, com seriedade, com serenidade e com sobriedade, embora, nunca prescindindo do adequado uso da palavra e da firmeza nas suas convicções, e coragem para afrontar o erro e a injustiça através das suas ações.

Os decisores políticos têm de ter uma atuação responsável de acordo com aquilo que é o ensejo e as necessidades da população que administram, e têm de saber atuar, ouvindo as opiniões e aquilo que é o conhecimento prático da sua população, promovendo, desse modo, a democracia participativa, que não pode ser apenas expressa através do voto, no dia das eleições.

É necessária uma atuação baseada num pensamento estratégico, que a médio e longo prazo, permita melhorar as condições efetivas da população, nomeadamente, através do melhoramento e incremento das ações de cariz social, do fomento do emprego e do fomento do investimento privado e inovação empresarial.

Por tudo isto, há uma mensagem clara que queremos transmitir à população do concelho de Alfândega da Fé.

O município está a dar o seu melhor para ultrapassar as dificuldades, para procurar melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e para minorar muitas angústias que inesperadamente se abateram sobre várias famílias. A aposta social da Câmara e o empenhamento efetivo na captação de investimento, são algumas das realidades mais visíveis e determinantes. Porque se tudo está a mudar, o município não se acomoda e por isso, reforça permanentemente o seu empenhamento e o seu esforço, introduzindo cada vez mais exigência naquilo que faz.

A Liberdade alcançada pelo 25 de Abril de 74, não foi apenas uma liberdade de expressão, foi uma Liberdade que nos permite adotar as medidas certas, proporcionar uma igualdade de oportunidades entre os cidadãos e um aumento da qualidade vida.

Para isso, temos todos de nos empenhar, todos os dias, e independentemente da cor política, temos de atuar com responsabilidade, em prol do desenvolvimento e do bem-estar de toda a população.

Mesmo que não o consigamos concretizar, para já, a nível nacional, pelo menos, que trabalhem para concretizar o 25 de Abril no concelho de Alfândega da Fé.

Essa é uma responsabilidade de todos!

Viva Portugal! Viva Alfândega da Fé! Viva o 25 de Abril”!

INTERVENÇÃO DO LÍDER DA BANCADA DO PSD/CDS – LUIS TERÊNCIO:

Bom dia,

Exm^o senhor presidente da mesa da assembleia municipal

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Exm^{os} senhores secretários da mesa da assembleia municipal

Exm^a senhora presidente da câmara municipal

Exm^{os} senhores vereadores

Exm^{os} senhores deputados municipais

Exm^{as} senhoras e senhores

Como alfandeguense, deputado municipal e líder da bancada do PSD/CDS PP não podia deixar de fazer uma alusão a mais uma comemoração do 25 de abril.

Falar do 25 de abril é darmos significado a um festejo da vitória da liberdade sobre a ditadura, do triunfo da democracia sobre o autoritarismo. Não podemos deixar de saudar os que tiveram coragem para mudar de regime.

Actualmente o regime democrático encontra-se consolidado.

Volvidas mais de três décadas sobre a revolução do dia 25 de abril de 1974, os portugueses deparam-se novamente com um problema de soberania, mas desta vez está em causa a nossa soberania económica . Portugal deve demonstrar ao mundo que é um povo honesto, que honra os seus compromissos internacionais, ainda que os nossos governantes devam olhar para o interior do próprio país com outro sentido de estado, sobretudo o estado social daqueles que menos têm, daqueles que mais sofrem, daqueles que não têm trabalho, dos idosos, das crianças e dos jovens. É necessário um compromisso nacional para ultrapassar a crise, já que a mesma é fruto dos erros de quem nos governou no passado e, porventura de alguma falta de acerto de quem nos governa no presente. É necessário que todos voltemos a acreditar que vale a pena ser português, que sintamos que vale a pena lutar por uma causa melhor e mais justa. É preciso devolver a esperança aos jovens, devolver a confiança aos empresários, estimular a economia para que esta crie mais empregos, é necessário fazer reformas na sociedade e no próprio estado, é preciso rever o papel do poder local, mas também rever o modelo de poder local, para o tornar mais económico, mas ao mesmo tempo mais eficiente. É imperioso vencer todos estes desafios que se nos deparam no momento. Da superação dos mesmos depende o futuro melhor ou pior de Portugal. Vencer esta crise, é uma responsabilidade de todos os agentes da sociedade, por isso é que alerta para a necessidade de entendimentos ao mais alto nível dos nossos governantes e dos agentes da sociedade. Apelo a sentido de responsabilidade de todos.

Se os erros do passado, que têm que ser repartidos por quem nos governou, pela banca pouco cuidada na atribuição de crédito e pouco rigorosa para com os lóbis, da publicidade enganosa a um povo que passou a viver acima das suas possibilidades, a um estado que não parou de engordar sem se preocupar com a sustentabilidade do mesmo, que haja agora a lucidez necessária para corrigir esses erros sem estrangular Portugal e os portugueses.

Numa democracia como a nossa, conquistada sem violência e com grande dignidade, há sempre espaço para o pluralismo e para a diversidade de opiniões.

O nosso concelho está a empobrecer a cada dia que passa, quer pela constante perda de população, quer pela falta de cada vez menos recursos económicos, já que não deslumbramos qualquer nova oportunidade, ou empreendedorismo. Uma terra que está constantemente a perder população, onde não aparece nada de novo na área económica, ou empreendedorismo, torna-se necessariamente mais pobre, pese embora algumas tentativas de crer fazer parecer o contrário. Por isso, não se podem criar sectarismos políticos e sociais dentro da sociedade alfandeguense. Todos somos poucos, cada vez menos, e mais importantes.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O respeito pelas diversas opiniões, ideias e ideais contribuirão para o desenvolvimento do nosso concelho. Temos que dar espaço aos mais jovens para que se interessem pela vida activa social e política, permitindo renovar concepções.

Eu costumo dizer que alguns agentes políticos se incomodam com uma nova massa crítica que possa surgir, pois com a que os rodeia bem eles podem. Senhores e senhoras, somos todos responsáveis pelas boas e más escolhas para o nosso concelho, pela boa e má gestão do nosso município, em muitos casos não de forma directa, mas noutros na simples crítica destrutiva, ou com a falta de apresentação de propostas e políticas alternativas. Quem nos governa não quer perder o poder por motivo nenhum, quem está na oposição tem demasiada obsessão por ganhar, sem contribuir com nada para um debate amplo e franco sobre o futuro do nosso concelho. Em tempo de crise seria bem melhor que também a nível local todos contribuíssemos para tornar o nosso concelho numa terra melhor e com um futuro mais promissor. Claro está, que uns são mais responsáveis que outros. Com esta minha reflexão quero chamar-vos à atenção para que todas as medidas que sejam propostas, aprovadas e implementadas o sejam de forma séria e equitativa. Não se podem tomar decisões e atribuir apoios numa óptica eleitoralista, sob pena de estarmos a julgar todas as necessidades de igual forma. Vivem-se tempos muito difíceis e todos temos que perceber que uns precisam mais que outros. A política social é cada vez mais uma realidade e por isso os agentes políticos não podem aproveitar-se dela para coagir formas de estar e de agir, penalizando a débil tesouraria do nosso município e comprometendo o futuro de todos nós.

Um dos grandes desafios do 25 de abril dos nossos dias está em mostrarmos ao próximo que merecemos o seu respeito.

O desafio que aqui deixo a cada um de vós é que se juntem a mim, à de outros agentes políticos e à de outros concidadãos exigindo esse respeito, rigor, equidade e responsabilidade na gestão das diferentes instruções do nosso concelho.

faço votos para que as propostas a apresentar no próximo acto eleitor sejam mais viradas para o desenvolvimento do concelho e para o bem-estar das pessoas, do que meras encenações para conquistar o voto dos eleitores.

Acredito no exemplo do 25 de abril e na união de todos os alfandeguenses para o desafio por mim aqui hoje lançado.

Muito obrigado e desejo-vos um bom dia de abril”.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – DR. NUNO MIRANDA:

“Senhora Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Digníssimos Secretários

Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia

Demais Autarcas

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Caros Amigos:

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Saudações fraternas, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, aos alfandeguenses e em particular, a todos quantos, com a sua presença, quiseram associar-se à 39ª sessão solene comemorativa da sempre memorável e inesquecível revolução de 25 de Abril de 1974.

A adopção das políticas de austeridade “receitadas” pela “troika” e elevadas ao seu expoente máximo pelo governo de Pedro Passos Coelho, Gaspar e Portas, vêm empobrecendo o país, os portugueses e em particular os que lutam pela sobrevivência em zonas cada vez mais despovoadas, particularmente em concelhos como o nosso.

Os ferozes ataques ao chamado “Estado Social” preparados pelos grandes senhores da finança internacional e subservientemente experimentados em Portugal, utilizado como “país-cobaia” do terrível laboratório por eles articulado e comandado, com o beneplácito da Comissão Europeia, apesar de liderada por um português com responsabilidades acrescidas, José Manuel Durão Barroso, ex-primeiro-ministro de Portugal, estão a matar-nos aos poucos e com requintes de malvadez.

Ao Senhor Presidente de tão importante órgão da dita União Europeia (pois começo a ter sérias dúvidas, tendo em conta o tratamento que nos vem sendo dispensado, de que lhe pertencamos verdadeiramente) exigir-se-ia bem mais do que a sua alegada indignação de há dois dias acerca das recentes afirmações de personalidade importante da Alemanha que apelidou os países do Sul da Europa de “preguiçosos”, parecendo querer convencer os portugueses que nenhuma ligação teve com todas as decisões da dita “Troika”, quando ele é o co- responsável que todos bem conhecemos.

Todos os dias aumentam as insolvências e de trimestre em trimestre são aos milhares, os agentes económicos e as empresas que encerram as suas portas, lançando vários milhares de portugueses no desemprego, cujo flagelo afecta por ora mais de 20% da nossa população

A recessão económica é uma grave e triste realidade e alguém tem que colocar um travão a esta política de loucura.

A fome e a miséria, realidades nacionais, apesar de não reconhecidas nos discursos oficiais do Governo de Portugal, atacam já e muito os mais desprotegidos e vulneráveis e a confirmarem-se novos cortes em remunerações superiores a € 1.000,00, atacam cada vez mais portugueses, sabendo-se que em zonas de maior densidade populacional, como é o caso do Bairro de Aldoar, Porto, são já cerca de 85% dos seus moradores que vão sobrevivendo sem água canalizada e energia eléctrica, conforme notícia televisiva do início desta semana.

As mediadas de índole fiscal já determinadas para a actividade agrícola – que poderão entrar em vigor no final do próximo mês de Maio – por incidirem sobre o sector mais desfavorecido da economia portuguesa, representado por milhares de pequenos agricultores que teimam em amanho a terra para poderem ir sobrevivendo, são a prova da brutal insensibilidade social do actual Governo de Coelho, Gaspar e Portas, apadrinhado ao mais alto nível institucional pelo Senhor Presidente da República Cavaco Silva, parecendo ter deixado morrer a sua ideia de então, segundo a qual, havia limites para os sacrifícios!

O facto de termos um ministro das finanças que teve a coragem de anunciar que se prepara para deixar de transferir verbas para as autarquias locais que cubram encargos com o ensino do inglês e os lanches pagos às crianças nas escolas do 1º Ciclo, demonstra uma vez mais a insensibilidade social e o desconhecimento do país real por parte do actual Executivo.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Governo de Portugal é useiro e vezeiro em desrespeitar a Constituição da República, como prova disso, é o facto de teimar na elaboração de orçamentos de Estado eivados de normas inconstitucionais, ousando tentar a passar a ideia de que é na nossa Lei Fundamental que reside a origem dos problemas, querendo disfarçar a sua total incapacidade para os resolver.

Tal como dizia há dias – aquando dos momentos que antecederam a divulgação do Acórdão do Tribunal Constitucional que veio a julgar inconstitucionais quatro normas do Orçamento de Estado para 2013 – o reconhecido constitucionalista Jorge Miranda, os orçamentos têm que ser elaborados de acordo com a Constituição e não, - como o Governo de Portugal teima em pensar e divulgar – a Constituição a adaptar-se aos orçamentos, como que branqueando as mais insensatas medidas governamentais. Ai da nossa democracia se a Constituição pudesse ser alterada e/ou adaptada para permitir aos governos que planeassem e adoptassem as respectivas acções governativas.

Em democracia, a Constituição é a mãe de todas as leis e, todos, sem excepção, lhe devem obediência, não tendo ficado bem ao Senhor Primeiro-Ministro dizer o que disse relativamente aos Senhores Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, porque neste órgão do Estado, está, como sabemos, depositada a nobre missão de apreciar a conformidade das leis com a Lei Fundamental.

Por isso, repetindo-me, quero voltar a dizer o seguinte:

- “O actual governo PSD-CDS não presta um bom serviço à democracia portuguesa quando, desrespeitando desígnios constitucionais, ataca o interior de Portugal de forma irresponsável e injusta, acabando com as urgências nos centros de saúde, fechando cada vez mais escolas, extinguindo freguesias e encerrando tribunais, apenas por razões economicistas, esquecendo que a Constituição da República Portuguesa estabelece no nº 1 do seu artigo 13º que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei e que, ao decidir como vem decidindo, vai criando e aumentando desequilíbrios sociais, económicos e de cidadania.

Com esta política a continuar por muito mais tempo, o interior morrerá às mãos dos senhores que lá do alto dos palanques dos ministérios de Lisboa nos vão desgovernando, porque o despovoamento será uma constante em crescimento e as tão faladas assimetrias regionais serão, quiçá irreversíveis.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Se assim continuar a agenda do governo PSD-CDS, de que valerá termos uma Constituição que estipula, logo no seu artigo 1º, que Portugal é uma república empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, se no interior se quer acabar, ou pelo menos diminuir a solidariedade para com os portugueses que resistem no interior?

Se assim continuar a agenda do governo PSD-CDS, de que valerá termos uma Constituição que estipula no seu artigo 20º que o acesso ao Direito e aos tribunais é igual para todos, se querem encerrar – e já o fizeram no papel - dezenas de tribunais no interior, incluindo o Tribunal Judicial de Alfândega da Fé e manter todos os tribunais das grandes localidades? O governo não percebe que encerrando tribunais como os da nossa terra está a dificultar o acesso ao Direito das nossa gentes? E em nome de que interesses o faz?”

Será que a próxima remodelação governamental – caso este Governo teime em manter-se no poder – servirá também para afastar a titular da pasta da Justiça, para que possamos, como é de direito, continuar a ter o Tribunal em Alfândega da Fé?

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Os portugueses, - ao contrário do que há tempos disse um famigerado consultor governamental - não aguentam mais esta cega e dura austeridade!

E não aguentam mais austeridade porque depois de decorridos mais de duas dezenas de meses, a situação está pior, com o aumento brutal do desemprego, com o aumento assustador da dívida pública, agora superior em 6% do PIB, segundo os dados oficiais, (comparando com os valores de 2011) sem que seja visível qualquer melhoria a curto ou médio prazo, pesem embora as oito recentíssimas medidas anunciadas pelo Senhor ministro da economia, algumas das quais, em minha opinião, - como disso é exemplo a anunciada criação de mais um Banco, Banco de Fomento – servirão apenas para aumentar em muito a despesa do Estado, com a criação de mais um dispendioso Conselho de Administração e não, para dinamizar a economia e incentivar as nossas exportações.

Em meu entender, a Caixa Geral de Depósitos – instituição bancária maioritariamente pública, por enquanto – serviria e deveria servir para tentarem obter-se tais objectivos e, quer-me parecer que se não a incumbem dessas tarefas, é porque já andarão de novo a pensar na sua total privatização. Oxalá eu me engane, mas, o tempo o dirá!

Os ataques que o ex- ministro Miguel Relvas desferiu contra o poder local ao legislar no sentido de extinguir centenas de freguesias em zonas do interior contra a vontade das populações – por enquanto por executar plenamente dado o adiamento da instalação dos novos agrupamentos de freguesias para depois das próximas eleições autárquicas de Outubro próximo - irá mesmo prosseguir?

Querirá o novo ministro Maduro repensar o assunto, poupando dessa forma muitos idosos dos incómodos desnecessários que tão desajustada legislação lhes imporá futura e necessariamente, se nada vier a ser alterado?

Será que o adiamento da instalação dos recém criados agrupamentos de freguesias poderá vir a significar melhorias no que à divisão do território diz respeito?

Como “a esperança é a última a morrer”, aguardemos e veremos se a mudança do responsável político trará algo de benéfico.

Municípios como o nosso precisam de ser mais acarinhados pelo poder central e necessitam que lhe sejam pagas atempadamente as verbas para que possamos continuar a assumir sem sobressaltos o apoio à educação, às escolas e às mais diversas acções de índole social, mormente as respeitante às crianças, aos jovens e aos idosos.

Municípios como o de Alfândega da Fé reclamam do Governo de Portugal o apoio merecido, pondo fim, como vem acontecendo, ao abandono paulatinamente manifestado na legislação que tem vindo a ser posta em prática de igual forma em todo o país, como se em terras como a nossa as condições fossem as mesmas das localidades do litoral.

Precisamos de apoio, para, beneficiando de políticas de “discriminação positiva”, podermos, mais rapidamente reequilibrar as ainda tão depauperadas finanças municipais.

A sede da Democracia Local está na Assembleia Municipal e, sendo assim, como é, aproveito, enquanto presidente da Mesa e em nome de todos os membros, para reclamar um espaço próprio e reservado (aproveitando uma das áreas do antigo edifício da Câmara Municipal) onde possamos guardar a nossa documentação bem como a disponibilização de um funcionário/a próprio/a de molde a garantir o acesso mais imediato a toda a documentação inerente à actividade desenvolvida, passando a ser possível a todos os Senhores deputados municipais um mais fácil

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

acesso a toda a informação a solicitar ao executivo camarário, no cumprimento da função fiscalizadora que lhe está, desde sempre, atribuída por lei.

Avizinham-se as eleições autárquicas e este meu discurso evocativo da Revolução de 25 de Abril de 1974 é, neste mandato, o último que vos dirijo enquanto Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, aproveitando para agradecer a todos a cordialidade que manifestaram durante os trabalhos e desejando que a campanha que aí vem a anteceder o acto eleitoral de Outubro próximo, decorra com a elevação e o nível de participação cívica que é timbre de comunidades como a nossa.

Cada um de nós deve dizer o que pensa sem entrar no insulto ou no ataque pessoal e, dessa forma, como estou certo que sucederá, dignificaremos Abril.

Contribuamos todos para isso, porque está nas nossas mãos o futuro da nossa terra e o futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril!

Viva Alfândega da Fé!

Viva a democracia que Abril nos deu!

Viva Portugal!"

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que se encontrava presente a ata da primeira sessão ordinária, realizada no passado dia vinte e três de fevereiro de dois mil e treze para ser submetida a aprovação.

Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da primeira sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e cinco votos a favor, zero votos contra, e duas abstenções, da Senhora Deputada Iolanda Neves e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão Paulo Jorge Pereira.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e questionou o Executivo Municipal sobre a venda da Empresa Municipal AlfândegaTur, uma vez que já passaram mais de dois anos sobre o início do concurso de venda, tendo o Plano de Reequilíbrio Financeiro sido já aprovado.

Continuou a sua intervenção e uma vez reunidas todas as condições necessárias para a venda da Empresa Municipal, perguntou para quando e se o grupo vencedor do concurso público ainda se encontraria interessado na compra.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Senhora Presidente da Câmara solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção fazendo referência a todas as intervenções alusivas ao 25 de abril, que na sua opinião foram muito construtivas.

Respondeu depois ao Senhor Deputado Luís Terêncio que o Executivo está em condições de vender a Empresa Municipal AlfândegaTur mal o negócio tenha o visto do Tribunal de Contas. Este processo está incluído no processo do Pael e Reequilíbrio financeiro que aguarda aprovação.

Depois do visto do Tribunal de Contas é que estão em condições de vender, uma vez, que só depois do visto do Tribunal de Contas, é que podem fazer o aumento do capital necessário para reduzirem o passivo da Empresa Municipal AlfândegaTur dos atuais dois milhões e trezentos mil euros para o milhão e seiscentos e cinquenta mil euros, valor esse que resultou do concurso.

Continuou a sua intervenção e informou os Senhores Deputados que têm estado em contacto com o Sr. Vítor Raposo que confirmou a manutenção do interesse no negócio.

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º1 DA ALÍNEA E), DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;

Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 22/04/2013, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por referir que é sempre pedido aos Chefes de Divisão e aos responsáveis pelos serviços, o envio de toda a informação referente às várias Unidades Orgânicas para ser presente às Assembleias Municipais.

Continuou a sua intervenção, fazendo algumas considerações de índole genéricas, começando por referir que na Casa da Cultura têm-se desenvolvido as várias atividades programadas, referindo ainda que todos os meses é enviado o Newsletter a todos os interessados. Falou depois na Divisão Administrativa, que está mais relacionada com atos administrativos internos, ou seja, afetos ao pessoal do Município. Na Divisão de Desenvolvimento Social disse que estão a dar prioridade a um trabalho que é o levantamento de todos os idosos a viverem sozinhos, a sua caracterização, e a criação de um grupo de voluntários que visitem os idosos sozinhos para combater a solidão e o isolamento. Disse, depois, que estão a preparar a instalação do Conselho Municipal Sénior, uma vez que é outra vertente política da inclusão, tornando os idosos mais activos e intervenientes nas decisões sobre políticas da autarquia para os seniores.

Disse, depois, que têm há muito tempo um Gabinete de Apoio aos Emigrantes que tem a ver com todos os emigrantes que habitam no território do concelho de Alfândega da Fé, tentando identificá-los e dar o apoio necessário à sua inclusão social, uma vez que a Câmara Municipal tem algumas competências nomeadamente em vistos de residência. Disse, ainda, que estão a colaborar com a escola nomeadamente na identificação de crianças filhas de emigrantes, em idade escolar para que frequentem a escola. Disse que fizeram um jantar conjuntamente com os pais de forma a perceberem porque é que as crianças andavam a faltar muito, tendo permitido a reversão desta tendência.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Continuou a sua intervenção e falou na atividade da Divisão de Urbanismo através dos seus indicadores transcritos no documento, referindo que os prazos legais são cumpridos, no entanto disse que é necessário melhorar o serviço de fiscalização uma vez que não possuem fiscais com formação adequada.

Disse, ainda, que têm trabalhado muito com base em protocolos com as Juntas de Freguesia e as Comissões Fabriqueiras, no qual cedem apoio técnico, mão-de-obra e material. Disse, depois, que têm feito bastante trabalho na recuperação de património religioso.

Continuou a sua intervenção e referiu que relativamente às empreitadas, iria avançar a estrada dos Colmeais.

No Gabinete de Comunicação têm vindo a realizar-se trabalhos para a comunicação social e a elaboração da Newsletter.

O Gabinete de Formação gere o Plano de Formação e avalia o seu cumprimento.

No Gabinete de Protecção Civil têm vindo a desenvolver atividades no âmbito da Protecção Civil, ao qual o Senhor Vice-Presidente tem responsabilidades.

A Biblioteca Municipal tem vindo a desenvolver as suas atividades programadas, nomeadamente o espaço internet, o espaço de leitura e o espaço infantil.

Relativamente à situação financeira do Município, informou que mandou distribuir uns quadros informativos aos Deputados Municipais, que falará sobre este tema no ponto do relatório de contas que consta na ordem de dia.

Informou depois que relativamente à situação financeira do Município relativamente ao primeiro trimestre de dois mil e treze, chamou atenção dos Senhores Deputados Municipais para o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental, uma vez que as despesas correntes não são superiores às receitas correntes. Relativamente às despesas correntes, são as despesas com a educação, com o pessoal quem tem vindo a diminuir, e despesas com água, saneamento e resíduos sólidos que têm vindo a aumentar devido ao aumento do preço das tarifas que a ERSAR aprovou e a electricidade que também aumentou devido ao aumento do IVA e das tarifas.

Disse, ainda, que o tempo médio de pagamento aumentou, devido ao atraso do PAEL para pagar as dívidas mais atrasadas de dois mil e onze.

Continuou a sua intervenção e disse que têm vindo a diminuir ao número de trabalhadores do Município e a despesa com os vencimentos, contudo alertou os Senhores Deputados Municipais para o futuro aumento destas despesas sobretudo por causa do pagamento do subsídio de férias sujeito à aprovação pelo Tribunal Constitucional e o pagamento do subsídio de natal em duodécimos.

2. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO REFERENTE AO ANO DE 2012, DE ACORDO COM O N.º2 SO ART.º 49.º CONJUGADO COM O N.º2, ALÍNEA C) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Senhores Deputados Municipais que é uma listagem sobre o inventário e património, que sempre que exista alteração tem de ser atualizada, nomeadamente algum património imobiliário que ainda não está inventariado e isso demora algum tempo.

O Senhor Deputado Municipal Luís Terêncio solicitou a palavra e retificou a Senhora Presidente da Câmara relativamente à sua explicação, nomeadamente quando começou no início da intervenção a referir que era uma continuidade do serviço, e no fim a dizer que pouco havia sido feito. Disse, ainda, que o trabalho está a ser bem feito,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

contudo referiu que o trabalho teve início com o anterior Executivo. Teceu depois elogios à profissional que está a conduzir este trabalho que é a Dr.ª Celma.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que concordava com a intervenção dele, uma vez que de facto a Dr.ª Celma está a realizar um bom trabalho, e realçar os outros profissionais que também contribuem para este trabalho nomeadamente da Divisão de Urbanismo, Divisão de Obras e o Senhor Carlos Parada.

3.APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2012, DE ACORDO COM O N.º2, ALÍNEA C) DO ART.º 53.º DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e informou os Senhores Deputados sobre os quadros incluídos no documento se refere à evolução financeira e económica do Município.

Disse, depois, que o primeiro quadro demonstra que existiu uma redução da dívida global (curto, médio e longo prazo) à volta dos quinhentos e vinte e dois mil euros, que resultou de uma amortização de dívida à banca a rondar os novecentos mil euros. Falou, depois, na redução da dívida nas Empresas Municipais, referindo que quando entraram em dois mil e nove existia uma dívida de quatro milhões e trezentos e vinte e sete mil de dívida e disse ainda que já reduziram essa dívida num milhão e trezentos mil euros. Disse, depois, que, com a alienação do capital social da Empresa Municipal AlfândegaTur vão reduzir mais de um milhão, seiscentos e cinquenta mil euros.

Continuou a sua intervenção e explicou aos Deputados Municipais que não conseguiram cumprir o Saneamento Financeira e foram obrigados a ir para o Reequilíbrio Financeiro não só pelo aparecimento de dívidas desconhecidas, mas principalmente pelos constantes cortes das transferências do Estado para a autarquia.

Informou depois os Deputados Municipais que vão ter uma reunião com a ANMP e todos os Presidentes das Câmaras Municipais sobre a nova Lei das Finanças Locais, que se encontra a ser discutida na Assembleia da República, permitindo minorar alguns aspectos mais negativos dessa Lei, uma vez que essa Lei vai entrar em vigor em janeiro de 2014.

Depois, disse, que o Ministério da Educação quer efetuar cortes nas transferências da Educação, o que irá originar que sejam os pais a suportarem essas despesas, ou então o Município.

Continuou a sua intervenção e alertou os Deputados Municipais para o mapa dos encargos, que demonstra que o Município está a pagar na dívida a médio e longo prazo que ronda o milhão e meio de euros à banca, em consequência da dívida que herdaram. Disse, ainda, que existem outros Municípios com dívida superior à deles, mas tendo em conta o tamanho dos Municípios, o que conta é o rácio, ou seja, a percentagem da dívida total em relação às receitas.

Informou, depois, que relativamente ao quadro dos processos judiciais pendentes, é um assunto que os preocupa, uma vez que os processos do tribunal podem gerar despesa para o Município, sendo o processo mais preocupante o da Empresa Casais, responsável pela obra do Campo de Futebol. Explicou, depois, que é o mais preocupante porque o projectista fez mal o projecto errando no muro de contenção de terras. Quando a Empresa Casais entrou no projecto verificou que o muro previsto no projecto nunca seria suficiente para conter terras. Na altura a fiscalidade do projecto estava a cargo da AMTQT e o fiscal responsável disse que se deveriam parar as obras e fazer um projecto de muro para a contenção de terras e que se deveria fazer um procedimento à parte. Perante esta situação a Câmara Municipal e o

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

empreiteiro não optaram por fazer isso, o que deu mau resultado. A Empresa Casais propôs um muro de gavião, elaborou o projecto e apresentaram –no como trabalhos a mais. Esta situação foi para o Tribunal de Contas, que não deu o visto, por não considerar que se trataria de trabalhos a mais, porque trabalhos a mais, são trabalhos imprevisíveis, ou seja, que não se podiam prever.

Assim, perante esta recusa de visto do Tribunal de Contas, a Câmara Municipal não pode ir buscar a parte da comparticipação comunitária, para esses trabalhos, e não pode pagar esse montante, peço que a Empresa Casais, recorreu para o Tribunal Administrativo de Mirandela.

Continuou a sua explicação, e disse, que agora a Empresa Casais, pede à Câmara Municipal cerca seiscentos mil euros mais quatrocentos mil euros de juros, perfazendo um montante global de novecentos e cinquenta e seis mil euros.

Continuou a sua intervenção e informou os Deputados Municipais, que o muro apresentou sinais de brecha e a Empresa Casais não queria assumir essa responsabilidade. Perante esta situação chegou-se a um entendimento na qual a Empresa assumiu essa responsabilidade e desistiu dos juros de mora, a troco do montante em falta que é na ordem dos seiscentos mil euros. Disse, ainda, que foram aconselhados pelo advogado a tentarem uma ação contra o projetista responsável pelo projeto da obra, para ver se conseguem ir buscar o dinheiro de forma a não pagarem a totalidade do montante exigido pela Empresa Casais.

Explicou depois aos Deputados Municipais, que em relação à Ladário que construiu o SPA no Hotel Spa, existe um processo semelhante, com a diferença de que nessa situação existe o visto do Tribunal de Contas, contudo as obras iniciaram-se antes do visto. Disse, ainda, que atualmente não fazem nenhuma obra sem previamente terem o visto do Tribunal de Contas. Disse, depois, que relativamente a esta situação foram alertados pelo Tribunal de Contas que o caderno de encargos não deveria conter o nome da marca dos materiais, mas somente o tipo de material. Devido a essa situação o Tribunal de Contas não deu o visto, e as obras já tinham sido iniciadas, o que provocou que a parte das obras já iniciadas no valor de cerca de cem mil euros foram totalmente pagas pelo Município, pois não foi possível incluí –las na candidatura aprovada e foram obrigados a fazer novo concurso. Agora a Ladário vem pedir mais de 100 mil euros ao município em tribunal que a autarquia não reconhece encontrando –se o processo no tribunal administrativo de Mirandela.

A Senhora Presidente da Câmara deu conhecimento de outros processos menos importantes aos Deputados Municipais, pelo que informou se tiverem de pagar em todos os processos que se encontram em tribunal o que é pedido, o montante ascende aos milhão e trezentos mil euros.

Informou, ainda, que todos os processos foram herdados do anterior Executivo, não existindo actualmente qualquer processo contra o município derivado da gestão actual.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra, e respondeu à Senhora Presidente da Câmara que os exemplos que deu na sua intervenção referindo os concelhos de Mirandela e Macedo, pode bem com a dívida deles uma vez que não pagam esse montante, concordando que a situação do Município de Alfândega da Fé é bem pior encontram-se a sua tesouraria muito débil. Disse, depois, que relativamente aos processos pendentes em tribunal a Senhora Presidente deveria negociar com a Empresa responsável pelas obras no SPA uma contrapartida por ocupação de terreno por não terem levantado o estaleiro e assim não pagam o que eles exigem nem o que o Município pode exigir.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Continuou a sua intervenção e concordou que de facto os cortes nas transferências do Estado para o Município, são uma realidade e ao mesmo tempo um grande constrangimento.

Questionou depois o Executivo sobre o Relatório de Gestão de Contas e tendo em conta a presença da Dr.ª Carla Victor, para dissipar qualquer dúvida que surja, referiu a página que na quinze do documento no ponto quarto ao que refere “Indicadores de análise de contabilidade patrimonial” e no ponto quatro ponto um “Análise do Balanço”, perguntou como chegaram ao valor demonstrado no documento porque ele não chegou.

A Dr.ª Carla Victor solicitou a palavra e iniciou a sua intervenção, respondendo ao Deputado Luís Terêncio que esse montante é a soma de todos os valores presentes nesse ponto.

O Senhor Deputado Luís Terêncio respondeu que esse somatório foi mal calculado porque não dá o valor em causa existindo uma diferença de cem mil euros.

Continuou a sua intervenção e disse que no quadro quatro ponto dois, no total de proveitos e ganhos o somatório de todos os montantes também não está correto.

A Dr.ª Carla Victor respondeu ao Deputado Luís Terêncio que bastava pegar no mapa extraído das contas para verificar que o valor estava correto, uma vez que é aplicação informática que o lança.

O Deputado Luís Terêncio respondeu que não é técnico, e por isso não estava a levantar quaisquer problemas mas sim dúvidas que tinha, e relembrou da afirmação que fez no início da sua intervenção referindo a presença da Dr.ª Carla Victor, reafirmando que a informação dos montantes presentes no relatório não estariam corretas, e que não poderia ser conivente com o documento, solicitando ainda ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que retirasse o documento para votação.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio, que isso era inaceitável e que sempre poderia votar contra.

O Deputado Luís Terêncio questionou novamente a Dr.ª Carla Victor, e perguntou se os resultados financeiros eram feitos na mesma forma, porque se eram os resultados estavam mal elaborados. Perguntou depois se os resultados financeiros não são os custos e perdas financeiras, menos os proveitos e ganhos financeiros.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e elucidou os Deputados Municipais que as contas foram confirmadas pelo Revisor Oficial de Contas através da elaboração da aplicação informática que gere a parte financeira do Município, e disse que é impossível a Assembleia Municipal retirar este ponto da Ordem de Trabalho, uma vez que o Relatório de Gestão e Contas tem de ser votado independentemente de ser a favor, contra ou abster-se, propondo que o ponto fosse discutido mais tarde, e que o Deputado Luís Terêncio e a Dr.ª Carla Victor, se juntassem para corrigir eventualmente algum dado incorreto.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal sugeriu que este ponto fosse discutido mais tarde e que se avançasse com os trabalhos.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra e disse que embora tenha ficado confuso ao início, percebeu as palavras da Dr.ª Carla Victor, e uma vez que foi aprovado pelo ROC e pelo Tribunal de Contas conclui que por vezes os cálculos contabilísticos não são tão lineares como aparentam através do simples somatório de valores. Continuou a sua intervenção e disse que o documento tem de ser votado pela Assembleia Municipal no mês de abril, pois resulta de uma imposição legal.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Dr.^a Carla Victor usou da palavra e disse que existia um erro no quadro vinte e três que estava a gerar esta confusão.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sugeriu um intervalo de dez minutos de forma a proceder-se à dissipação das dúvidas que surgiram neste ponto.

A Dr.^a Carla Victor usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que detetaram erros nos quadros números vinte e três e vinte e sete e os restantes são todos elaborados manualmente a partir da aplicação informática POCAL, que com a digitalização do documento levou ao aparecimento de um erro nos quadros referidos. Disse, ainda, que os valores do Balanço e demonstração de resultados é que prevalecem, contudo a soma dos valores está correta.

O Deputado Luís Terêncio, usou da palavra e confirmou a explicação da Dr.^a Carla Victor. Disse, depois, que os técnicos validaram os valores pelo sistema e não pelo documento.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra e congratulou pelo facto de existir entendimento e pelos mal-entendidos terem sido dissipados.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto três**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano económico de 2012, de acordo com o n.º2, alínea c) do art.º 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de janeiro.

4.DECLARAÇÕES, NOS TERMOS DO ART.º 15.º DA LEI N.º8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – PARA CONHECIMENTO;

A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que advém de uma imposição da Lei dos fundos disponíveis.

A Dr.^a Carla Victor usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais, que a Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso, obriga a que a trinta e um de dezembro de cada ano se façam aquelas declarações, que têm a ver com os valores a receber e os valores a pagar.

5.CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2012 – APRECIÇÃO PELO ORGÃO DELIBERATIVO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO – PARA CONHECIMENTO;

A Dr.^a Carla Victor usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que o objetivo era apresentar a consolidação das contas com os resultados das Empresas Municipais, contudo referiu que as Empresas Municipais como ainda não fizeram esse serviço, não é possível fazer essa apresentação agora, solicitando que fosse autorizada essa apresentação para a sessão da Assembleia Municipal de junho, uma vez que a Lei permite.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais, que este ponto é obrigatório acerca de dois ou três anos, e tem como objetivo consolidar as contas das Empresas Municipais com a conta da Câmara Municipal de forma a saber-se qual a dívida global, uma vez que a dívida global não é só da Câmara Municipal, mas também do seu tecido empresarial.

6.PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO QUADRO VI E VII DO PAEL – PARA CONHECIMENTO;

A Dr.^a Carla Victor usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que foi solicitada pela Direção Geral de Finanças e do Tesouro que fosse alterado o quadro VI e VII do PAEL, de acordo com as novas diretrizes impostas pelo Tribunal de Contas, uma vez que no quadro VI não estão a considerar as dívidas superiores a trinta de novembro de dois

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

mil e onze, o que levou a que retirássemos o montante superior e o transferíssemos para o quadro VII que eram faturas já pagas.

O Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e questionou o Executivo sobre o ponto três do documento sobre uma eventual divergência de valores constantes no relatório mensal no SIIAL e as faturas vencidas, perguntando se existe algum limite mensal desses valores, ou um valor referencial.

A Dr.ª Carla Victor respondeu ao Deputado Luís Terêncio que não, embora não se possa ultrapassar o endividamento do mês anterior. Disse, depois, que não existem divergências, o que aconteceu é que foram pagas algumas faturas no valor de trezentos mil euros, e que o valor candidatado a trinta de março de dois mil e doze era inferior ao que estava registado no PAEL a trinta e um de dezembro de dois mil e onze.

7.PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL N.º1 E 2 PARA O ANO DE 2013;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que esta proposta de alteração dos mapas de pessoal para o ano de dois mil e treze refere-se ao facto de existirem na Câmara Municipal vinte pessoas contratadas que vão terminar contrato no ano de dois mil e catorze, sendo intenção da Câmara Municipal passar essas pessoas para tempo indeterminado, uma vez que essas pessoas não podem ver renovados os seus contratos de trabalho pois isso já aconteceu quando chegaram à Câmara Municipal. Disse, depois, que não vai existir aumentos nas despesas, pois essas pessoas já trabalham na Câmara há mais de seis anos.

Continuou a sua intervenção, e disse que o Vereador Arsénio e o Vereador Adriano abstiveram-se por dois motivos, um deles alegou que ainda era muito cedo para abrirem o procedimento concursal, e o outro motivo era se a Câmara tinha dinheiro para pagar essas contratações.

Explicou depois, que a Câmara Municipal está a abrir com antecedência os procedimentos concursais, devido às restrições impostas, isto implica pedir autorização à DGAL e às Finanças.

Disse, depois, que a Câmara Municipal não quer despedir ninguém, quer continuar a diminuir o pessoal através das aposentações.

O Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e disse que era um ponto sensível, compreendia a explicação da Senhora Presidente, considerando que não fosse tomado como ferramenta política. Disse, depois, que as pessoas na mobilidade teriam preferência, e que era preciso ter cuidado pois a Câmara Municipal encontra-se numa posição difícil, lembrando ainda que a Senhora Presidente da Câmara quando era membro da oposição criticou a entrada de pessoas.

A Senhora Presidente da Câmara solicitou a palavra e respondeu referindo que nunca criticou a entrada de pessoas para a Câmara, mas sim o aumento progressivo da dívida, e lembrou que a Câmara anterior quase duplicou os trabalhadores e criticaram sim a perseguição de alguns trabalhadores. Disse, depois, que mesmo com a abertura dos procedimentos concursais, pensam reduzir o número de trabalhadores com as diversas aposentações.

Disse, depois, sobre uma notícia nos órgãos de comunicação social, no qual o PSD falava em “Troika em Alfândega da Fé” que essa afirmação é completamente despropositada. É intenção do Governo criar um fundo de apoio aos Municípios mais endividados, prevendo um gestor de acompanhamento desse fundo na próxima Lei das Finanças locais na futura legislação, com o que não concordava.

Disse, ainda que o Município já se encontra muito vigiado, quer pelo Tribunal de Contas, DGAL e pelo ROC.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto sete**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta de alteração dos Mapas de Pessoal n.º1 e 2 para o ano de 2013.

8. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TABELA DE TAXAS E LICENÇAS;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que esta proposta de alteração do regulamento e tabelas de taxas e licenças está sobretudo relacionada com as dificuldades das famílias e dos comerciantes. Disse, depois, que propunham que temporariamente se suspendesse a cobrança de algumas taxas nomeadamente a cobrança da publicidade e das esplanadas, tendo sido discutido com a Associação Industrial e Comercial, sendo uma suspensão temporária até durar a crise financeira que assola o país e ajudar o comércio local.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto oito**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta de alteração do regulamento de tabelas de taxas e licenças.

9. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ART.º 91.º E 92.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE ALFÂNDEGA DA FÉ DE TARIFÁRIOS ESPECIAIS PARA AGREGADOS FAMILIARES CARENCIADOS;

10. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que os pontos número nove e dez foram retirados da ordem de trabalho.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que o motivo da retirada do ponto dez da ordem de trabalho deve –se ao facto do registo na conservatória ainda não ter sido feito. Relativamente ao ponto dez disse que é preciso ultimar uns preparativos para permitir a propriedade horizontal e a venda de lojas, permitindo também a separação de alguns lotes que estavam juntos. Em relação ao ponto nove a situação ainda não está perfeitamente clarificada, mas servirá para beneficiar famílias carenciadas com dificuldades em pagar as tarifas águas e saneamento.

11. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Senhores Deputados Municipais que têm sido confrontados com situações de emergência social ao qual a segurança social não está a conseguir dar resposta, pois hoje em dia a segurança social, cada vez tem menos dinheiro para cumprir as suas competências.

Continuou a sua intervenção e disse que o regulamento não permite que se faça pagamentos pontuais em caso de emergências, pois essas situações eram feitas pela segurança social que actualmente não está a dar esses apoios.

Com esta alteração ao regulamento será possível acudir pontualmente a situações verdadeiramente de emergência social.

O Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e que concordava com a medida uma vez que a Câmara Municipal deverá cada vez mais ajudar socialmente os mais desfavorecidos, contudo disse, ainda, que deveriam existir critérios rigorosos de formar a seleccionar as famílias que de facto necessitem mesmo de ajuda, e de uma forma temporária, de forma a não criarem dependência.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Continuou a sua intervenção e referiu-se à notícia dada pelo Senhor Presidente da Mesa na qual referiu que muitas famílias de Aldoar (bairro do Porto) não tinham condições para pagar a luz e a água, referindo que muitas vezes a televisão vende notícias enganosas, porque essas mesmas famílias que não têm condições de pagar esses bens, têm à porta de casa carros no valor de quarenta e cinquenta mil euros e muito luxo no interior das suas habitações.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra e informou os Deputados Municipais que o que está em causa é o aditamento de duas alíneas ao regulamento.

A Senhora Presidente da Câmara disse que todas as ajudas concedidas antes passam pela Reunião de Câmara e devidamente fundamentadas pelos relatórios das técnicas de ação social, ao qual exigiram o maior rigor possível.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto onze**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta de alteração do regulamento do apoio a estratos sociais desfavorecidos.

12. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que o anterior regulamento só permitia ajudar em pequenas obras na habitação. Com esta alteração essa ajuda irá manter-se mas poder-se-á intervir em situações em que o agregado familiar tenha a casa hipotecada e nunca poderá ultrapassar os três mil euros de ajuda.

Continuou a sua intervenção e comentou que a pobreza é um mal que assola muitas pessoas principalmente no concelho de Alfândega da Fé, e sendo conhecedora da realidade do concelho não pode permitir que pessoas passem necessidades em situações básicas e fundamentais para a vida humana com dignidade. Disse, ainda, que é preciso ensinar as pessoas mais pobres a gerir os seus bens e dinheiro, uma vez que não estão familiarizadas com esses bens, em vez de criticar o que compraram ou deixaram de comprar.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e disse que o Executivo pretende revogar as alíneas a) e b) do art.º 6.º das condições de acesso do regulamento do fundo social de apoio à habitação, uma vez que existe diferença entre as alíneas do documento e as alíneas do regulamento.

A Senhora Presidente da Câmara falou que é preciso aprovar o que está no documento e depois será adaptada ao regulamento.

O Deputado Luís Terêncio usou da palavra e falou que esta alteração proposta pelo Executivo poderá levar a uma duplicação do apoio concedido e injustiça na sua aplicação uma vez que uma pessoa pode pedir mais do que um apoio para as mesmas obras.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio que não pode pedir mais do que um apoio uma vez que o regulamento não permite que a pessoa faça outro pedido no espaço de dois anos.

Continuou a sua intervenção e referiu o programa do Estado SOLARHI, que era um programa de recuperação de habitações bastante interessante, acabou. Uma pessoa poderia candidatar-se a esse programa para recuperar a sua habitação, contudo se o dinheiro desse programa não fosse suficiente para terminar uma pequena obra, ela não poderia pedir dinheiro à Câmara uma vez que já tinha sido apoiado numa medida ficando desta forma com a obra inacabada. Com esta alteração poderá terminar a obra com um intervalo de dois anos.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto doze**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da informação de alteração do regulamento do fundo de apoio à habitação.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Carlos Simões, solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção referindo que gostaria de falar sobre o 25 de abril, nomeadamente sobre o tema da pobreza, uma vez que existe muita pobreza, mas também muita injustiça na distribuição da riqueza. Existe também muita gente que se aproveita para ter ajudas sem necessitar verdadeiramente delas, alertando para a necessidade de se verificar quem realmente necessita de ajudas.

Continuou a sua intervenção e referiu que existiu falhanço na maioria dos ideais de abril, principalmente na participação ativa da população na vida política, na qual se pôde verificar nas poucas dezenas de populares assistirem à Assembleia Municipal.

Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato.

A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Manuel Adolfo da Rocha Veiga Costa)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)